

Na avaliação da CNseg, a média dos auditores foi 8. Susep concordou com o resultado, mas apontou em que os auditores estão falhando



Da esquerda para a direita: Roberto Paulo Kenedi, do Ibracon; Carlos Eduardo, da PwC; Luciana Bastos, da Icatu Seguros; Celina Silva, da BrasilPrev; Fernanda Chaves, da CNseg, e Danilo Silva, da Susep

Em vigor desde o início do ano, a auditoria atuarial independente, instituída pela [Resolução CNSP nº 311/14](#), recebeu avaliação positiva em pesquisa realizada pela Comissão Atuarial da CNseg. “A nota média foi 8, extremamente positiva”, disse Fernanda Chaves, superintendente do Núcleo de Estudos e Projetos da CNseg, durante sua participação no painel “Auditoria atuarial: a primeira experiência”, apresentado na tarde desta terça-feira, 15 de setembro, durante o primeiro dia da 7ª Conseguro, realizada em São Paulo (SP). Considerando que as normas foram editadas no final do ano passado, Fernanda avaliou que, “apesar da correria e do pouco tempo para adaptação, o trabalho foi satisfatório”.

No âmbito da Susep, que recebeu os relatórios das auditorias independentes, a avaliação também foi boa. Segundo dados apresentados por Danilo Silva, diretor Técnico da Susep, a maioria das seguradoras (94%) entregou os relatórios de auditoria atuarial no prazo. Além de reconhecer que o número é considerável, Silva também destacou a importância da auditoria para que a Susep possa analisar de forma mais específica os problemas atuariais nas empresas.

Segundo ele, a Susep conhece bem os problemas apurados nos relatórios. “Há quem esteja fazendo um trabalho razoável, mas também há problemas que não aparecem no relatório e no parecer e, por isso, não conseguimos identificar”, disse. Porém, entre os problemas que a Susep já conhece, ele afirmou que 50% não foram apontados nos relatórios. “Pode ser que os auditores tenham entendido que não era relevante e não mencionaram. Por isso, já existe CPA em desenvolvimento para que sejam incluídos nos relatórios o que eles entenderam sobre materialidade”, disse. O Comitê de Pronunciamentos Atuariais (CPA) é emitido pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

Dos 50% de problemas apontados pelos auditores independentes, a Susep verificou que 10% acertaram; 20% indicaram de forma conclusiva no relatório, mas não incluíram no parecer; e 70% apresentaram de forma inconclusiva no relatório. “A Fernanda mencionou que os CPAs foram

aprovados em dezembro e o tempo foi muito curto. Mas é importante dizer que precisamos melhorar”, disse.

Um dado positivo, segundo Danilo Silva, é que a Susep não detectou nenhuma discordância entre o atuário da empresa e da auditoria. Mas, em relação aos problemas apurados, ele informou que a impressão da Susep foi de que houve uma “aparente relutância das auditorias em dar parecer desfavorável à situação da empresa auditada. Mesmo os auditores que relataram problemas materiais nos relatórios, emitiram sem ressalvas, na maioria dos casos”, disse. Por isso, sugeriu a descrição dos procedimentos adotados no relatório.

Outra questão detectada foi a não avaliação dos auditores das provisões menos significativas. “Lembrando que essas provisões podem estar subavaliadas e, por isso mesmo, devem ser checadas. Valores pequenos nem sempre significam que aquela provisão seja pequena. É preciso verificar e não simplesmente desconsiderar”, disse.

As conclusões do estudo da Susep resultaram em observações, que foram transmitidas por Danilo Silva. A primeira é que, mesmo que o auditor discorde do previsto em norma ou na orientação, seu dever é relatar qualquer incompatibilidade. A segunda, é que houve divergências entre os problemas relatados e as conclusões; entre a base de dados e conclusão da provisão; entre testes de consistência e resultados do recálculo; e entre critérios utilizados no TAP e a conclusão sobre os mesmos.

“Talvez as divergências sejam por falta de tempo, claro, já que esta é a primeira experiência de auditoria. Mas vimos que, em algumas, o auditor, num determinado momento, alegava certa divergência e, no passo seguinte, dizia que estava tudo bem. É possível o recálculo estar certo e o teste de consistência, não? Sim, é. Mas queríamos que houvesse justificativa e uma análise dos motivos”, disse.

Outro palestrante, Carlos Eduardo Teixeira, sócio da PwC, comentou sobre a nota recebida pelos auditores independentes. “Oito está bom, mas queremos dez”, disse. Para ele, o processo ainda está em evolução. Mas o grande marco da auditoria independente, a seu ver, foi realçar o valor do atuário dentro das empresas auditadas. “A figura do auditor é vista como poder de polícia, punitiva, indesejada. Mas isso tem de acabar. O auditor, ainda que independente, tem de ter um caráter profilático, preventivo”, disse.

Ele contou um caso em que ficou “muito patente”, após apurado nas análises independentes, que a metodologia de determinada empresa não estava totalmente correta. “No recálculo, chegamos a um valor de diferença de R\$ 18 milhões. A empresa chamou seu atuário e entendeu que o valor não era procedente. Por isso, é importante essa atuação profilática do auditor, no sentido de ajudar a empresa, de maneira independente, a resolver o problema”, disse.

Fonte: [CNseg](#), em 16.09.2015.